**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços, da Ocrim S.A. Produtos Alimentícios**

**Ocrim S.A. Produtos Alimentícios**

*como Emissora*

**Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano**

*como Fiador*

**Ore Administração e Participações Ltda.**

*como Fiadora*

e

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

*como Agente Fiduciário*

celebrado na data de 08 de outubro de 2021

Pelo presente instrumento particular:

1. **Ocrim S.A. Produtos Alimentícios**, sociedade por ações de capital fechado com sede social localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santo Eurilo, 62, Jaguaré, CEP 05.345-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 61.065.199/0001-20, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Emissora**”);
2. **Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 22.282.568-6, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Economia (“**CPF/ME**”) sob o nº 223.587.938-17, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Junqueira, 488, Chácara Flora, CEP 04.644-160 (“**Amedeo Hartmann**”); e
3. **Ore Administração e Participações Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santo Eurilo, nº 62, sala 03, CEP 05.345-040, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.422.893/0001-70, neste ato representada nos termos de seu contrato social (“**Ore**” e, juntamente com Amedeo Hartmann, “**Fiadores**”).

Sendo a Emissora e os Fiadores referidos em conjunto como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”), e ainda:

1. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, com domicílio comercial na Rua Joaquim Floriano, 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social, que firma o presente instrumento na qualidade de representante da comunhão de interesses dos debenturistas, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos (“**Agente Fiduciário**” e “**Lei das Sociedades por Ações**”, respectivamente).

As Partes vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de* *Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única,* *para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços, da Ocrim S.A. Produtos Alimentícios* (“**Escritura**”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira**

**Autorizações Societárias**

* 1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada na data de 08 de outubro de 2021 (“**AGE da Emissora**”), na qual: (i) foram aprovadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido) e a constituição das garantias abaixo apontadas, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a realização da Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis; e (iii) a administração da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo a constituição das garantias abaixo mencionadas, com a ratificação de todos os atos eventualmente já praticados pelos representantes legais da Emissora para a consecução da Emissão.
  2. A prestação da Fiança (conforme abaixo definido) pela Ore foi autorizada com base nas deliberações tomadas na Reunião de Sócios da Ore, realizada na data de 08 de outubro de 2021 (“**RS da Fiadora**”), na qual: (i) foi aprovada a prestação da Fiança (conforme abaixo definido) pela Ore; e (ii) a administração da Ore foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão, incluindo a prestação da Fiança (conforme abaixo definido), com a ratificação de todos os atos eventualmente já praticados pelos representantes legais da Ore para a consecução da Emissão e constituição da Fiança.

**Cláusula Segunda**

**Requisitos**

Esta é a 1ª (primeira) emissão (“**Emissão**”) de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, emitidas pela Emissora em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“**Debêntures**”), a qual será feita nos termos e condições abaixo estabelecidos.

* 1. **Arquivamentos na Junta Comercial e Publicações da AGE da Emissora**
     1. A AGE da Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Diário do Comércio (“**Jornais de Publicação**”), consoante o disposto no inciso I do artigo 62, no §1º do artigo 142 e no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da presente data. Eventuais atos societários posteriores da Emissora que sejam realizados em razão da Emissão seguirão os procedimentos descritos nesta cláusula.
     2. A RS da Fiadora será devidamente arquivada JUCESP. Eventuais atos societários posteriores da Ore que sejam realizados em razão da Emissão seguirão os procedimentos descritos nesta cláusula.
     3. A AGE da Emissora e seus eventuais aditamentos serão obrigatoriamente arquivados na JUCESP. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar a AGE da Emissora e seus eventuais aditamentos e anexos na JUCESP em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do presente instrumento, sendo certo que o registro da AGE da Emissora na JUCESP deverá ser realizado como condição essencial e precedente para a integralização das Debêntures; e (ii) enviar 01 (uma) cópia da AGE da Emissora e seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, na JUCESP, bem como como cópia dos Jornais de Publicação que contenham as respectivas publicações no mesmo prazo. Caso a JUCESP eventualmente apresente exigência para concluir o registro da AGE da Emissora e seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro da AGE da Emissora e seus eventuais aditamentos e anexos deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência.
     4. A RS da Fiadora e seus eventuais aditamentos serão obrigatoriamente arquivados na JUCESP. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar a RS da Fiadora e seus eventuais aditamentos e anexos na JUCESP em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do presente instrumento, sendo certo que o registro da RS da Fiadora na JUCESP deverá ser realizado como condição essencial e precedente para a integralização das Debêntures; e (ii) enviar 01 (uma) cópia da RS da Fiadora e seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, na JUCESP. Caso a JUCESP eventualmente apresente exigência para concluir o registro da RS da Fiadora e seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro da RS da Fiadora e seus eventuais aditamentos e anexos deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência
  2. **Garantias**
     1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, perante os debenturistas no âmbito desta Escritura e/ou eventuais aditamentos, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento integral das Debêntures, abrangendo o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), a Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), multas, penalidades, honorários arbitrados em juízo e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Agente Fiduciário e/ou dos debenturistas oriundos desta Escritura (“**Obrigações Garantidas**”), serão constituídas pela Emissora, em favor da comunhão de titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias: (i) a Alienação Fiduciária de Imóveis, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo); (ii) a Cessão Fiduciária de Recebíveis, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo); e (iii) a Fiança (conforme abaixo definido).
     2. A Alienação Fiduciária de Imóveis será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo), o qual será registrado, bem como seus aditamentos deverão ser averbados às margens do respectivo registro, nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, nos termos do inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada de tempos em tempos (“**Lei de Registros Públicos**”).
        1. Observados os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido abaixo), a Emissora deverá (i) protocolá-lo nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da presente data, sendo certo que o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis deverá ser realizado como condição essencial e precedente para que seja possível a integralização das Debêntures; (ii) protocolar quaisquer aditivos ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme abaixo definido) nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua celebração; e (iii) enviar 01 (uma) via original devidamente registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e de seus eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário acompanhada de 01 (uma) via original da matrícula averbada, em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. Caso os Cartórios de Registro de Imóveis eventualmente apresentem exigência para concluírem o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou de seus aditivos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou de seus aditivos deverá ser concluído, junto ao Cartório de Registro de Imóveis que formulou a exigência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência.
     3. A Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo), o qual será registrado, bem como seus aditamentos deverão ser averbados às margens do respectivo registro, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes de cada uma das Partes, nos termos do inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei de Registros Públicos.

2.2.3.1. Observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo), a Emissora deverá (i) protocolar o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme abaixo definido), e seus respectivos eventuais aditamentos, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes de cada uma das Partes, em até 05 (cinco) Dias Úteis após sua respectiva celebração, sendo certo que o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis deverá ser realizado como condição essencial e precedente para a integralização das Debêntures; e (ii) enviar 01 (uma) via original devidamente registrada do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de seus respectivos eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes de cada uma das Partes. Caso os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos eventualmente apresentem exigência para concluírem o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis deverá ser concluído, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos que formulou a exigência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência.

* + 1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, os Fiadores prestam garantia fidejussória, na forma de fiança (“**Fiança**”) em favor da comunhão de interesses dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos (“**Código Civil**”), obrigando-se, por este instrumento, em caráter irrevogável e irretratável, e na melhor forma de direito, como devedores solidários e principais pagadores de todos os valores devidos pela Emissora até liquidação integral de todas as obrigações por ela assumidas nesta Escritura.
    2. Os Fiadores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, devedores solidários, garantidores e principais pagadores das Obrigações Garantidas e firmam esta Escritura declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.
    3. As Obrigações Garantidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou os titulares das Debêntures; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito do Agente Fiduciário e/ou dos debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.
    4. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores, fora do âmbito da *B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3* (“**B3**”), no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures aos Fiadores informando a falta de pagamento na data devida, de qualquer valor devido pela Emissora no âmbito desta Escritura, sendo que nessa comunicação será informada a conta bancária para a qual os valores devidos pelos Fiadores deverão ser transferidos.
    5. Na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, o valor será igualmente pago em até 02 (dois) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sobre as Debêntures.
    6. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e seus incisos e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada de tempos em tempos (“**Código de Processo Civil**”).
    7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o objetivo de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura.
    8. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos titulares das Debêntures contra a Emissora, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.
    9. Os Fiadores, desde já, concordam e se obrigam a, caso a Emissora esteja inadimplente em relação a qualquer obrigação pecuniária assumida no âmbito desta Escritura, (i) somente após a integral liquidação dos valores devidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Fiadores ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas, conforme o caso, nos termos desta Escritura, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura; e (ii) caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos desta Escritura antes da integral liquidação de todos os valores devidos e não pagos ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas, conforme o caso, nos termos desta Escritura, repassar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor para pagamento ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas, conforme o caso.
    10. A Fiança é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o integral e satisfatório cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores nesta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.
    11. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas, conforme o caso, recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos.
    12. Por força da garantia fidejussória neste ato prestada pelos Fiadores, esta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos serão registrados pela Emissora, às suas exclusivas expensas, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas comarcas do domicílio das Partes, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei de Registros Públicos. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar esta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua celebração, sendo certo que o registro desta Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser realizado como condição essencial e precedente para a integralização das Debêntures; e (ii) enviar 1 (uma) via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes. Caso os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos eventualmente apresentem exigência para concluírem o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos deverá ser concluído, junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos que formulou a exigência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência.
    13. Todas as garantias previstas nesta Cláusula 2.2 são constituídas de forma indivisível, em igualdade de condições e de grau. As medidas judiciais e/ou extrajudiciais para excussão de qualquer das garantias serão discutidas e realizadas de forma conjunta, mediante a realização de uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) convocada especialmente para tal fim.
    14. Qualquer quantia, bem, direito ou benefício que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário eventualmente recebam da Emissora, de qualquer dos Fiadores e/ou em decorrência da negociação e excussão das garantias previstas nesta Cláusula 2.2 deverá ser compartilhado entre todos os debenturistas, proporcionalmente ao saldo devedor atualizado e vencido das obrigações assumidas pela Emissora perante cada um dos debenturistas, nos termos desta Escritura e demais documentos relacionados à Oferta Restrita (conforme abaixo definido).
  1. **Arquivamento da Escritura** 
     1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão obrigatoriamente arquivados na JUCESP. Para tanto, a Emissora deverá (i) protocolar esta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos na JUCESP em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do presente instrumento, sendo certo que o registro desta Escritura na JUCESP deverá ser realizado como condição essencial e precedente para a integralização das Debêntures; e (ii) enviar ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos devidamente registrados em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros e/ou averbações, conforme aplicável, na JUCESP. Caso a JUCESP eventualmente apresente exigência para concluir o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos (a) a Emissora deverá apresentar toda a documentação e informações solicitadas e/ou necessárias para o cumprimento da exigência no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da devolução do documento; e (b) o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e anexos deverá ser concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação dos documentos e informações solicitados e/ou necessários para o cumprimento da exigência.
     2. Qualquer aditamento à presente Escritura deverá ser obrigatoriamente celebrado pelas Partes e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivado na JUCESP, pela Emissora, às suas exclusivas expensas.
  2. **Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira**
     1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços, que será intermediada pela **Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda**., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.751.794/0001-13, com sede na Rua Joaquim Floriano, 100, 5º andar, CEP 04.534-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição devidamente autorizada pela CVM a prestar o serviço de distribuição de valores mobiliários (“**Coordenador Líder**”), tudo nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada de tempos em tempos (“**Oferta Restrita**” e “**Instrução CVM 476**”, respectivamente), sendo que as Debêntures serão liquidadas financeiramente por meio da B3, estando a Oferta Restrita, portanto, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e do artigo 19 da Lei Federal 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos.
     2. A Oferta Restrita será objeto de registro na ANBIMA, nos termos do *Código ANBIMA para Ofertas Públicas,* em vigor nesta data.
     3. Em cada ato de subscrição e integralização das Debêntures os investidores profissionais assinarão declaração atestando, entre outros pontos, estarem cientes de que: (a) que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora; (b) sua condição de investidor profissional, de acordo com o artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 30**”); e (c) estar cientes, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será registrada na ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições desta Escritura.
     4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
     5. As Debêntures serão depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.
     6. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo que (i) a negociação das Debêntures será liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente pela B3.
     7. O plano de distribuição pública das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e no *Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Ocrim S.A. Produtos Alimentícios* firmado na data de 08 de outubro de 2021 entre a Emissora, os Fiadores, o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário. Desta forma, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.
     8. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 12 da Resolução CVM 30, após decorridos 90 (noventa) dias contados da data em que ocorrer a sua subscrição ou aquisição primária das Debêntures pelo investidor profissional, conforme determinado pelos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.
     9. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da Comunicação de Encerramento ou do cancelamento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

**Cláusula Terceira**

**Características da Emissão**

* 1. **Objeto Social da Emissora**
     1. A Emissora tem por objeto social (a) moagem de trigo e fabricação de derivados; (b) fabricação de alimentos para animais; (c) fabricação de biscoitos e bolachas; (d) fabricação de massas alimentícias; (e) cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente; (f) criação de peixes em água doce; (g) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (h) comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; e (i) atividades do operador portuário.
  2. **Número da Emissão**
     1. A Emissão constitui a 1ª (primeira)emissão de debêntures da Emissora.
  3. **Valor Total da Emissão**
     1. O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), será de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (“**Valor Total da Emissão**”).
     2. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, observado o valor mínimo de R$8.000.000,00,00 (oito milhões de reais) para as Debêntures (“**Montante Mínimo**”). As Debêntures que não forem subscritas serão canceladas pela Emissora, sendo certo que a quantidade de Debêntures efetivamente colocadas será refletida no aditamento a esta Escritura, sem a necessidade de se realizar deliberação societária da Emissora e/ou Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para tanto.
     3. Tendo em vista a possibilidade de as Debêntures serem parcialmente distribuídas, desde que respeitado o Montante Mínimo, o investidor poderá, no ato da subscrição das Debêntures, condicionar sua adesão a que haja distribuição:

1. da totalidade das Debêntures, sendo que, se tal condição não se implementar, as Debêntures deverão ser resgatadas pela Emissora, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se aplicáveis, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, tal procedimento será realizado de acordo com os procedimentos da B3; ou
2. de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, definida conforme critério do próprio investidor, podendo este, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende permanecer com a totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas por tal investidor ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente emitidas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em permanecer com a totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas por tal investidor, sendo que, na hipótese de o investidor ter indicado referida proporção, e caso tal condição não venha ser implementada, as Debêntures deverão ser resgatadas pela Emissora, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, tal procedimento será realizado de acordo com os procedimentos da B3.
   1. **Número de Séries**
      1. A Emissão será realizada em série única.
   2. **Destinação de Recursos** 
      1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em função da emissão das Debêntures serão destinados às atividades desenvolvidas pela Emissora no curso ordinário de seus negócios.
      2. Os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário poderão solicitar à Emissora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, a documentação e/ou as informações que lhe pareçam convenientes e/ou necessárias para comprovar a aplicação dos recursos líquidos obtidos pela Emissora em função da integralização das Debêntures, considerando a destinação de recursos prevista na Cláusula 3.5.1 acima.
      3. O descumprimento das obrigações dispostas nesta cláusula (inclusive das obrigações de fazer e dos respectivos prazos aqui previstos) poderá resultar no vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura.
      4. A Emissora obriga-se a, em caráter irrevogável e irretratável, indenizar os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, conforme o caso, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) que este vier a incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos das Debêntures de forma diversa da estabelecida nesta Cláusula 3.5.
   3. **Agente de Liquidação e Escriturador**

3.6.1. O agente de liquidação da Emissão e o escriturador das Debêntures é a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 3434, bloco 07, 2º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 (“**Agente de Liquidação**” e “**Escriturador**”, respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e o Escriturador na prestação dos serviços de agente de liquidação e de escriturador previstos nesta Escritura). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CVM e pela B3. O Agente de Liquidação e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação dos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido).

**Cláusula Quarta**

**Características Gerais das Debêntures**

* 1. **Data de Emissão**
     1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de outubro de 2021 (“**Data de Emissão**”).
  2. **Prazos e Datas de Vencimento**
     1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 1.826 (um mil, oitocentos e vinte e seis) dias corridos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de outubro de 2026 (“**Data de Vencimento das Debêntures**”), ressalvadas as hipóteses de ocorrer um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) e de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido).
  3. **Conversibilidade**
     1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
  4. **Espécie**
     1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantias adicionais real e fidejussória.
  5. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**
     1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.
     2. A titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador em nome do respectivo debenturista. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do debenturista, enquanto referidos títulos estiverem custodiados eletronicamente na B3.
  6. **Valor Nominal Unitário**
     1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
     2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente.
  7. **Quantidade de Debêntures Emitidas**
     1. Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.
  8. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**
     1. Observado o disposto nesta Escritura, cada uma das Debêntures será integralizada à vista por seus respectivos subscritores, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, sendo a data em que efetivamente ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures doravante denominada como “**Data de Integralização**”.
     2. As Debêntures serão integralizadas (i) na primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário; e (ii) nas demais integralizações, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização até a data do efetivo pagamento à Emissora do valor a ela devido pelos respectivos subscritores (“**Preço de Integralização**”) utilizando-se, para tanto, 8 (oito) casas decimais, sem arredondamentos, dentro do ambiente e de acordo com as normas de liquidação previstas na regulamentação da B3.
     3. Para que as Debêntures sejam subscritas e integralizadas pelos debenturistas, com o consequente pagamento do Preço de Integralização à Emissora, as seguintes condições precedentes deverão ter sido verificadas, a critério exclusivo do Coordenador Líder, em caráter integral e cumulativo (“**Condições Precedentes**”):

1. a obtenção pelo Coordenador Líder de todas as aprovações internas e externas necessárias para a realização da Oferta Restrita;
2. a verificação, pelo Agente Administrativo, do atendimento dos Critérios de Elegibilidade dos recebíveis objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;
3. a elaboração e assinatura da documentação legal que ampare a constituição da Cessão Fiduciária de Recebíveis e a Alienação Fiduciária de Imóveis, devidamente registradas perante os cartórios de registro de títulos e documentos ou cartórios de registro de imóveis competentes, conforme aplicável, de acordo com os prazos convencionados nos respectivos instrumentos que as consubstanciam;
4. a apresentação da matrícula referente ao imóvel registrado junto ao 1º Ofício de Registo de Imóveis da Comarca de Santarém/PA sob a matrícula nº 10.982, a qual deverá estar completamente livre e desembaraçada de qualquer ônus, gravames, encargos, restrições, litígios, penhoras, pendências, penalidades, dívidas, judicial ou extrajudicial, independente da natureza, a critério exclusivo do Coordenador Líder;
5. o fornecimento ao Agente Fiduciário, por parte da Emissora, do relatório do Sistema de Informações de Créditos (SCR) gerido pelo Banco Central do Brasil relativo aos 02 (dois) meses imediatamente antecedentes à data-base do relatório;
6. a obtenção e/ou o cumprimento por parte da Emissora e dos Fiadores, conforme o caso, de todas e quaisquer aprovações e autorizações necessárias à realização, efetivação, liquidação, boa ordem e transparência de todos e quaisquer dos negócios jurídicos descritos nesta Escritura incluindo, mas não se limitando, a constituição e o registro das garantias adicionais;
7. a confirmação documental de que esta Escritura, a AGE da Emissora e a RS da Fiadora foram devidamente registradas na JUCESP;
8. a confirmação documental de que as garantias reais e fidejussória previstas nesta Escritura e nos respectivos instrumentos contratuais foram devidamente formalizadas e registradas nos cartórios de registros públicos competentes;
9. a Emissora deverá ter obtido a concordância com a cessão fiduciária de recebíveis objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, por meio de notificação devidamente enviada aos Clientes (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) nas quais estes devem apor sua ciência e concordância com a garantia fiduciária, de maneira irrevogável e irretratável, de modo a se comprometer a realizar todos e quaisquer pagamentos por eles devidos na conta bancária informada no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme indicado na referida notificação de cessão e nos estritos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;
10. a apresentação, a negociação de boa-fé e a celebração de toda a documentação necessária para se concluir satisfatoriamente a Emissão e a Oferta Restrita, tais como: (i) a emissão de opinião legal a ser emitida de acordo com as melhores práticas de mercado, pelo assessor legal contratado para estruturação da operação a respeito de suas conclusões obtidas a partir do levantamento de informações e finalização do processo de *due diligence* da Emissora, dos Fiadores e das garantias ora outorgadas em favor dos debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, em condições satisfatórias e exclusivo critério do Coordenador Líder; e (ii) a apresentação de todas as informações financeiras que o Agente Fiduciário vier a solicitar à Emissora;
11. a verificação, por parte do Agente Administrativo, que o Índice de Cobertura das Garantias (conforme definido e previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis), esteja sendo respeitado, com base nos respectivos contratos de garantia;
12. a inocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado;
13. a inexistência de alterações na legislação e regulamentação em vigor que possam criar obstáculos ou aumentar os custos inerentes à realização da Emissão e da Oferta Restrita incluindo normas tributárias que criem tributos ou aumentem alíquotas atualmente incidentes sobre a operação;
14. a não ocorrência de um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido), relativo às condições econômicas, financeiras, jurídicas, reputacionais ou operacionais da Emissora, que possa vir a alterar a razoabilidade econômica e/ou tornar inviável ou desaconselhável a Emissora e/ou a Oferta Restrita e/ou o cumprimento das obrigações aqui previstas com relação ao desembolso do Preço de Integralização;
15. a inexistência de eventos de natureza política, conjuntural, sanitária, econômica ou financeira, no Brasil ou em qualquer país que possar alterar as condições dos mercados, tornando não recomendável ou extremamente onerosa à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, incluídas nestas categorias: crises políticas ou econômicas, alterações substanciais nas condições dos mercados em que a Emissora atua ou qualquer mudança a adversa substancial nas condições econômicas e financeiras e resultados operacionais da Emissora e/ou dos Fiadores;
16. ratificação, pela Emissora e pelos Fiadores, na data de liquidação da Oferta Restrita, em termos satisfatórios ao Coordenador Líder, no sentido de que todas as respectivas declarações feitas nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação permanecem verdadeiras, consistentes, corretas, completas e suficientes, em termos satisfatórios à realização da Oferta Restrita;
17. ausência de inscrição da Emissora, dos Fiadores, de quaisquer de suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido) e/ou de quaisquer sociedades de seu grupo econômico no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e
18. a inexistência de violação ou indício de violação, pela Emissora, pelos Fiadores, por quaisquer de suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido) e/ou por quaisquer sociedades de seu grupo econômico, de qualquer dispositivo, de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação: (a) a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada; (b) a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada; (c) a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada; (d) o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado e atualmente em vigor; (e) o *US Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA); e (f) o *UK Bribery Act* de 2010 (“**Leis Anticorrupção**”).
    * 1. Salvo se o Coordenador Líder renunciar expressamente ao cumprimento da(s) Condição(ões) Precedente(s), na hipótese de qualquer uma das Condições Precedentes não se verificar dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contado da Data de Emissão, os negócios jurídicos avençados na presente Escritura restarão automaticamente ineficazes e sem efeito nos termos do artigo 127 do Código Civil, operando-se a resolução de todos os seus negócios jurídicos, sem quaisquer penalidades para as Partes, devendo a Emissora reembolsar o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário e/ou os titulares das Debêntures, conforme o caso, de todas as despesas até então despendidas relativamente à Emissão e à Oferta Restrita.
    1. **Amortização do Valor Nominal Unitário**
       1. Os percentuais de amortização incidirão sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será amortizado trimestralmente a partir do 12º (décimo segundo) mês calendário contado da Data de Emissão, sempre no dia 18 (dezoito) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário, de acordo com as datas e valores indicados na tabela constante do Anexo I à presente Escritura (“**Amortização Ordinária**”).
       2. O cálculo da Amortização Ordinária será realizado com base na seguinte fórmula:

Onde:

AMi = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização: valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme o caso) na última data de pagamento de Amortização Ordinária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Tai = i-ésima taxa de amortização, com 4 (quatro) casas decimais, de acordo com o Anexo I da presente Escritura.

* 1. **Remuneração das Debêntures** 
     1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme o caso), equivalentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, over extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>), acrescidos de uma sobretaxa, ou *spread*, de 6,1% (seis inteiros e um décimo por cento) ao ano, também com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, juros remuneratórios esses incidentes desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive) (“**Remuneração das Debêntures**”).
     2. A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme o caso), desde a primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, ou a data de pagamento antecipado, em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x (FatorJuros – 1)

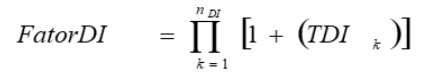
**J** = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final do i-ésimo Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**Fator Juros** = Fator de juros, calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento;

Onde:

*Fator DI* corresponde ao produtório das taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado no Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



*nDI* corresponde ao número total de taxas DI-Over, consideradas no Período de Capitalização, sendo *nDI* um número inteiro;

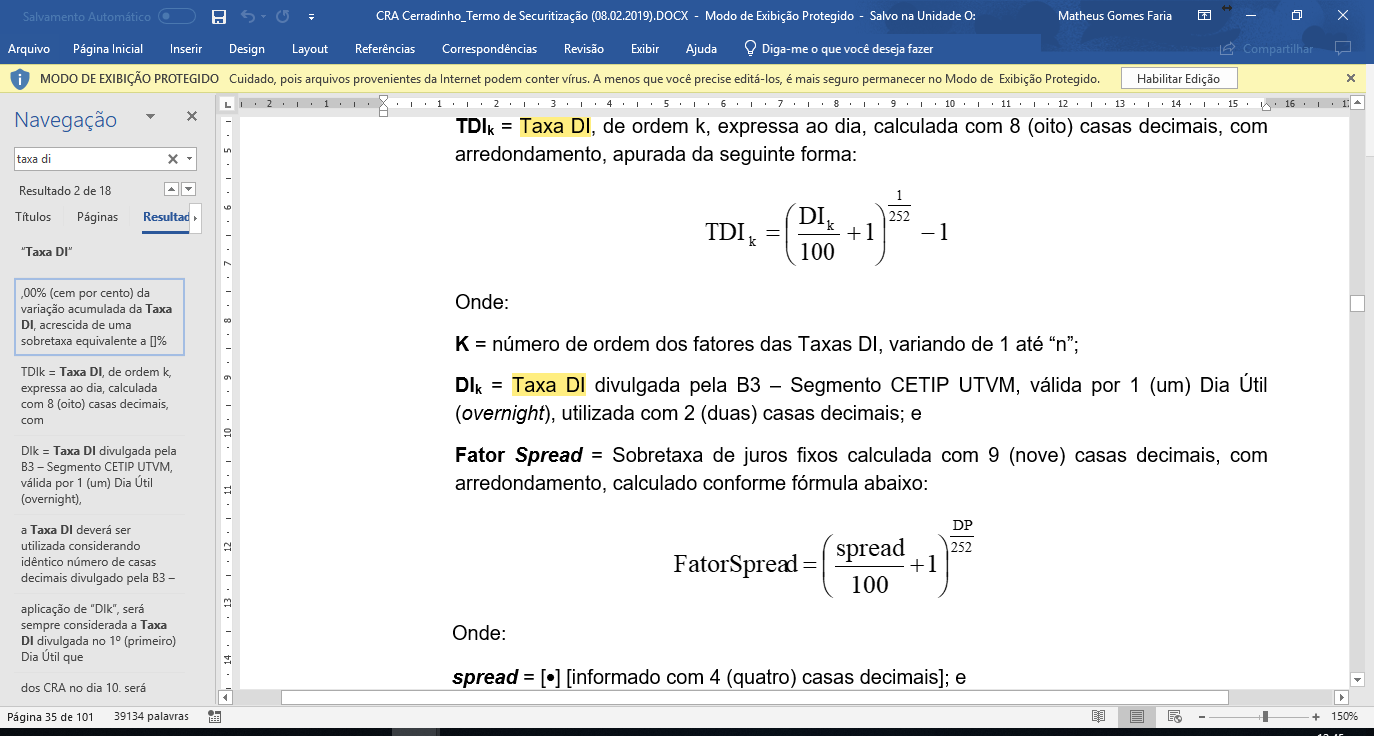
TDIk corresponde à taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

*k* corresponde ao número de ordem das taxas DI-Over*,* variando de 1 até *nDI*, sendo “k” um número inteiro;

DIk corresponde à taxa DI-Over*,* de ordem k, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil *(overnight),* utilizada com 2 (duas) casas decimais;

*Fator Spread*corresponde à sobretaxa de juros fixos*,* calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

*spread* corresponde a 6,100 (seis inteiros e um décimo);

*DP* corresponde ao número de Dias Úteis compreendido no último Período de Capitalização e a data atual, sendo DP um número inteiro.

O fator resultante da expressão (1+𝑇𝐷𝐼𝑘) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

* + 1. No caso de indisponibilidade temporária da taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado, em seu lugar, para a apuração da taxa DI-Over, o seu substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para a taxa DI-Over, será aplicável a última variação disponível da taxa DI-Over, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, por parte da Emissora, quando da divulgação posterior da taxa DI-Over. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da taxa DI-Over por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação, ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da taxa DI-Over, deverá ser aplicada, em sua substituição, a taxa que vier legalmente a substitui-la ou, no caso de inexistir substituto legal para da taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que este tomar conhecimento de quaisquer dos eventos referidos acima, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), na forma disposta nesta Escritura, a qual terá como objeto a deliberação pelos debenturistas, conforme procedimentos e quóruns esta previstos, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de juros que será utilizado em lugar da taxa DI-Over. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última variação da taxa DI-Over divulgada será utilizada e será aplicada para todos os dias relativos ao período no qual não tenha sido possível sua aferição, não sendo devidas quaisquer compensações por parte da Emissora quando da deliberação do novo parâmetro da remuneração a ser utilizado.
    2. Caso a taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral prevista na cláusula acima, ressalvada a hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, referida assembleia geral não será mais realizada, e a taxa DI-Over, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.
    3. Caso não haja instalação da assembleia geral acima mencionada ou caso não haja acordo entre a Emissora e os debenturistas nos termos descritos acima sobre o novo parâmetro aplicável no que toca à remuneração, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis (a) da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), (b) da data em que referida assembleia deveria ter ocorrido, (c) de outra data que venha a ser definida em referida assembleia geral, ou (d) até a Data de Vencimento, caso esta ocorra primeiro. O resgate antecipado total das Debêntures previsto nesta cláusula deverá ocorrer pelo saldo devedor das Debêntures, incluindo os valores devidos a título de amortização do Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme aplicável) e de remuneração.
    4. Especificamente para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “**Período de Capitalização**” como o período que se inicia: (i) a partir da Data de Integralização (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive), tudo conforme as Datas de Pagamento da Remuneração estipuladas no cronograma constante do Anexo I a esta Escritura. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures ou do vencimento antecipado desta Escritura, conforme o caso.
  1. **Pagamento da Remuneração das Debêntures**
     1. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, conforme cronograma disposto na tabela constante no Anexo I, que deverá ocorrer, portanto, a partir de 18 de novembro de 2021 e, a última, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma de tais datas, uma “**Data de Pagamento da Remuneração**”), ressalvadas as hipóteses de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) e de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido).
     2. Fará jus aos pagamentos das Debêntures aquele que seja titular das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a respectiva data de pagamento, conforme previsto nesta Escritura.
  2. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos dos valores devidos pela Emissora aos titulares das Debêntures serão feitos utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, os procedimentos adotados pelo Escriturador, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Liquidante, na sede da Emissora, conforme o caso.
  3. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento não for um Dia Útil.
  4. **Encargos Moratórios**
     1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia por ela devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”).
  5. **Divulgação**
     1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente divulgados sob a forma de aviso aos debenturistas nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.ocrim.com.br](http://www.ocrim.com.br)) (“**Locais de Publicação**”), sendo que toda e qualquer divulgação deverá ser simultaneamente comunicada ao Agente Fiduciário e à B3. Caso a Emissora altere, a seu critério, seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá: (a) enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal de publicação; e (b) publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos debenturistas, informando o novo jornal de publicação.
  6. **Repactuação Programada**
     1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
  7. **Classificação de Risco**
     1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Emissão.
  8. **Publicidade** 
     1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses de titulares das Debêntures, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos nos Locais de Publicação, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário caso pretenda alterar os Locais de Publicação, após a Data de Emissão, informando o novo local de para divulgação de suas informações.
  9. **Aditamento à presente Escritura de Emissão**

* + 1. Qualquer alteração à presente Escritura somente será considerada válida e eficaz se feita: (i) por escrito, assinada pelas Partes e registrada nos termos desta Escritura; e (ii) consoante as deliberações tomadas pelos titulares das Debêntures, respeitadas as disposições da Cláusula Dez abaixo, exceto quando tal alteração decorra exclusivamente (a) da necessidade de atendimento de exigências da B3 ou em consequência de normas legais regulamentares, e/ou (b) da correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, e/ou (c) da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros.

**Cláusula Quinta**

**Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária**

* 1. **Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures** 
     1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures mediante envio de comunicação direta aos titulares das Debêntures, por escrito, ou mediante publicação de aviso nos Locais de Publicação, com cópia à B3, ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, com antecedência mínima de 90 (noventa) Dias Úteis da data do pretendido resgate (“**Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures**”).
     2. No caso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, o valor a ser pago aos titulares das Debêntures na data do pagamento antecipado consistirá no saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures aplicável; (ii) de um prêmio de 4% (quatro por cento) *flat* sobre o montante a ser pago referente ao saldo do Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures, de acordo com o período de vigência em que as Debêntures se encontrarem na data em ocorrer o efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.
     3. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.
     4. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3 deverá ocorrer de acordo com os procedimentos da B3 e, no caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
     5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser obrigatoriamente canceladas.
  2. **Amortização Extraordinária** 
     1. Não será permitida a realização de amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme aplicável) das Debêntures.

**Cláusula Sexta**

**Vencimento Antecipado**

* 1. **Eventos de Vencimento Antecipado**
     1. Observado o disposto nas cláusulas abaixo, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado automático de todas as obrigações constantes desta Escritura, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ou consulta aos titulares das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses, observados os respectivos prazos de cura, se e quando aplicável (cada uma, um “**Evento de Vencimento Antecipado Automático das Debêntures**”):

1. não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida em função da Emissão das Debêntures e/ou em decorrência desta Escritura nas respectivas datas de vencimento, não sanado dentro do prazo de 02 (dois) Dias Úteis;
2. inobservância das obrigações estabelecidas pela Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido), seja pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido);
3. inobservância das obrigações estabelecidas pelas Leis Anticorrupção, seja pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido);
4. aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa daquela descrita nesta Escritura;
5. se esta Escritura, ou qualquer de suas disposições, for declarada inválida, nula ou inexequível, por decisão judicial transitada em julgado, observado que, para se caracterizar o vencimento antecipado aqui previsto, a invalidade, nulidade ou inexequibilidade deverá se referir a disposições relevantes, em particular as que digam respeito (a) à existência, validade e eficácia das Debêntures, seu valor, seu prazo de vencimento, sua remuneração e qualquer valor devido aos debenturistas, e/ou (b) às disposições desta Cláusula Sexta;
6. ocorrência de qualquer uma das hipóteses estabelecidas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil em relação à Emissora;
7. deferimento, homologação, concessão ou decretação por autoridade judiciária competente de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ou de quaisquer procedimentos análogos que venham a ser criados por lei, em relação à Emissora, aos Fiadores e às suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido);
8. não apresentação ao Agente Fiduciário, pela Emissora, de evidências de registro desta Escritura perante a JUCESP dentro dos prazos estabelecidos no presente instrumento;
9. caso os direitos objeto da Cessão Fiduciária de Recebíveis deixem de existir ou ser exequíveis por qualquer motivo, imputável ou não à Emissora, e desde que não haja o reforço e/ou substituição da referida garantia fiduciária nos termos do referido contrato;
10. utilização, pela Emissora, de quaisquer de seus bens em desacordo com qualquer legislação e/ou norma pertinente, em especial, mas sem limitação, daquelas de natureza ambiental, criminal, trabalhista, previdenciária e tributária, que possa vir a causar ou resultar em um “**Efeito Adverso Relevante**”, assim entendido como uma efetiva e material alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias da Emissora que comprovadamente afete, de modo relevante e adverso: (i) a capacidade de pagamento da Emissora no que toca ao cumprimento das obrigações assumidas na presente Escritura; e/ou (ii) a legalidade, validade e/ou exequibilidade desta Escritura ou dos instrumentos de garantia;
11. violação comprovada de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (conforme abaixo definido), tal como aplicáveis, pela Emissora, pelos Fiadores ou por suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido), no âmbito da condução dos negócios da Emissora, bem como caso tais pessoas constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
12. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações por eles assumidas nesta Escritura;
13. alteração e/ou cessão do controle acionário da Emissora, independentemente do título ou estrutura jurídica ou financeira utilizada para tanto;
14. requerimento pela Emissora, pelos Fiadores, por suas respectivas Afiliadas (conforme abaixo definido) ou por quaisquer terceiros, conforme aplicável, de recuperação judicial ou extrajudicial, falência (desde que não elidida dentro do prazo legal), autofalência, dissolução ou liquidação ou de quaisquer procedimentos similares existentes ou que venham a ser criados por lei contra a Emissora;
15. apuração comprovada, a qualquer tempo, de falsidade ou imprecisão material de qualquer declaração, informação ou documentação que houver sido apresentada, prestada, ou entregue pela Emissora ao Agente Fiduciário e/ou a qualquer titular das Debêntures;
16. vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou de suas controladas e/ou Controladores e/ou empresas sob controle comum, no mercado local ou internacional, em valor igual ou superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;
17. constatação de qualquer vício, invalidade ou ineficácia das Debêntures, desta Escritura ou dos instrumentos contratuais que compõem as garantias às Debêntures;
18. redução de capital social da Emissora, exceto se:
    1. previamente autorizado pelos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral, nos termos do §3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura; ou
    2. realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações e desde que tal evento tenha sido prévia e formalmente noticiado ao Agente Fiduciário pela Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
19. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades desenvolvidas pela Emissora, ou que a impeça de emitir essa Escritura;
20. não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais exequíveis, transitadas em julgado, contra a Emissora, incluindo execuções fiscais, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais); e/ou
21. questionamento judicial dos termos e condições desta Escritura e dos instrumentos contratuais que compõem o conjunto de garantias das Debêntures, pela Emissora e/ou por suas controladas e/ou Controladores.
22. Para fins desta Escritura, (a) “**Controladores**” significa os acionistas diretos ou indiretos da Emissora; e (b) “**Afiliadas**” significa, em conjunto, as sociedades coligadas, controladoras e controladas da Emissora e/ou dos Fiadores.
23. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático, comunicar o Agente Fiduciário sobre o tema, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias contados da sua ocorrência.
24. Ocorrendo quaisquer eventos previstos na Cláusula 6.1.1 acima, considerar-se-ão automaticamente vencidas as obrigações previstas nesta Escritura, tornando-se exigíveis todas as obrigações decorrentes das Debêntures assumidas nesta Escritura pela Emissora, devendo esta pagá-las, em até 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data de ocorrência do vencimento antecipado previsto nesta cláusula, estando o Agente Fiduciário autorizado, após sua ciência, a adotar todas e quaisquer medidas cabíveis para promover a cobrança das obrigações vencidas e não pagas, incluindo, sem limitação, promover a excussão das garantias das Debêntures e/ou quaisquer garantias adicionais que venham a ser outorgadas no âmbito da Emissão e que por ventura não tenham sido descritas nesta Escritura, nos termos de seus respectivos contratos, a critério dos titulares das Debêntures.
    * 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1.1 acima, na ocorrência de quaisquer das hipóteses indicadas abaixo o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, uma assembleia geral de titulares de Debêntures para que seja deliberado acerca da eventual decretação do vencimento antecipado das Debêntures (cada um, um “**Evento de Vencimento Antecipado Não Automático**” e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, os “**Eventos de Vencimento Antecipado**”):
25. descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis que não seja sanado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, caso não haja prazo de cura específico, contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
26. apontamento ou restrição cadastral nos relatórios do Sistema de Informações de Crédito – SCR e do Sisbacen do Banco Central do Brasil, em nome da Emissora, a serem fornecidos mensalmente ao Agente Fiduciário, em valor individual ou agregado superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;
27. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, conforme aplicável, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pelas suas respectivas Afiliadas que afete de forma significativa o regular exercício das atividades por elas desenvolvidas, suas condições financeiras ou socioambientais, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se verificar a ocorrência de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou os Fiadores e/ou as suas respectivas Afiliadas, conforme o caso, comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
28. decisão transitada em julgado proferida em decorrência de ação, procedimento ou processo, judicial ou administrativo, contra a Emissora, os Fiadores, suas respectivas Afiliadas, seus dirigentes e/ou administradores agindo em nome da Emissora, dos Fiadores e/ou de suas respectivas Afiliadas, em decorrência de condutas relacionadas à violação da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido);
29. morte, decretação de ausência, de interdição, de incapacidade civil e/ou de morte presumida do Fiador pessoa física, sem que haja a substituição da Fiança por outra garantia, real ou fidejussória, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, a ser aceita a critério exclusivo dos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral;
30. contratação e/ou concessão de mútuos entre empresas que não sejam Afiliadas da Emissora, exceto se aprovado pelos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral;
31. realização de aumento de capital em Afiliadas da Emissora que possa vir a comprovadamente prejudicar a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela Emissora, bem como a realização de aportes de recursos e/ou investimentos, a que título for, em empresas a ela não Afiliadas, exceto se aprovado pelos titulares das Debêntures reunidos em assembleia geral;
32. a prática comprovada de quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e/ou dos Fiadores que comprometa o pontual e integral cumprimento das respectivas obrigações assumidas nesta Escritura;
33. se a Emissora estiver em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações previstas na Escritura e vier a realizar o pagamento de dividendos, de juros sobre capital próprio e/ou resgate de ações, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
34. autuação da Emissora e/ou dos Fiadores por quaisquer órgãos governamentais, que afete comprovada e adversamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, salvo se a Emissora e/ou os Fiadores, conforme o caso, revertam tal autuação dentro de 10 (dez) Dias Úteis;
35. protesto de títulos e quaisquer documentos contra a Emissora, os Fiadores e/ou suas respectivas Afiliadas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja suspenso em definitivo ou cancelado dentro do prazo legal;
36. apontamentos junto a quaisquer órgãos de proteção ao crédito ou sistemas de informações de crédito relativos à Emissora, os Fiadores e/ou suas respectivas Afiliadas, incluindo, sem limitação, o Sistema de Informações de Créditos (SCR) gerido pelo Banco Central do Brasil, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou o equivalente em outras moedas;
37. não manutenção ou insuficiência do Índice de Cobertura das Garantias, conforme definido e previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, exceto se houver a pertinente substituição ou reforço das pertinentes garantias em até 5 (cinco) Dias Úteis, na forma dos respectivos contratos;
38. desapropriação, confisco, alienação, cessão de ativos da Emissora que ocasionem a diminuição do patrimônio líquido da Emissora em valor superior ou igual a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas mais recentes da Emissora;
39. não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas controladas e/ou Controladores e/ou empresas sob controle comum, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;
40. caso a Emissora deixe de apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de celebração desta Escritura, as certidões atualizadas que eventualmente expirarão ou perderão eficácia até a primeira Data de Integração das Debêntures (inclusive), conforme detalhadas no Anexo II; e/ou
41. caso, semestralmente, e enquanto a totalidade das obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores não houver sido cumpridas, em sua integralidade, a Emissora não observe os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras anuais e semestrais devidamente auditadas por auditor independente registrado perante a CVM, a serem calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário (“**Índices Financeiros**”):
    1. relação entre a Dívida Financeira Líquida e o EBITDA superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes;
    2. soma dos direitos de curto prazo/ativos circulantes dividida pela soma das dívidas de curto prazo/passivos circulantes (fornecedores a pagar, impostos, financiamentos entre outros) inferior a 1,0 (um inteiro) vezes; e
    3. o valor do EBITDA subtraído ao valor dos dividendos e dos juros de capital próprio distribuídos no exercício fiscal, dividido pela Despesa Financeira Líquida inferior a1,11 (um inteiro e um décimo) vezes do exercício social.

Para o cálculo dos Índices Financeiros e para todos os fins da presente Escritura, conforme o caso, são consideradas as seguintes definições:

“**Dívida Financeira Líquida**”: significa (a) a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), menos (b) as disponibilidades em caixa e aplicações de curto prazo.

“**EBITDA**”: significa o somatório: (a) do lucro ou prejuízo, com relação ao período acumulado de 12 (doze) meses anteriores, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (b) das despesas de depreciação e amortização; (c) do resultado financeiro líquido (despesas financeiras – receitas financeiras), considerando variações cambiais; (d) das despesas e ou receitas não operacionais; e (e) dos custos e despesas não recorrentes, os quais se caracterizam como eventos e transações que possuem um caráter significativamente diferente das atividades típicas ou usuais da entidade, os quais não deveriam ocorrer frequentemente e que não deveriam ser considerados como fatores recorrentes em qualquer avaliação do processo operacional da empresa, sendo que também são classificados como custos e despesas não recorrentes os ajustes de períodos anteriores que serão refletidos nas demonstrações do resultado do exercício.

“**Despesa Financeira Líquida**”: significa as despesas financeiras da Emissora menos as receitas financeiras por ela auferidas.

* + 1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático acima mencionados, comunicar o Agente Fiduciário sobre o tema, no prazo de 02 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência.
    2. Caso, na assembleia geral de titulares de Debêntures mencionada na Cláusula 6.1.2 acima, os titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação decidam orientar o Agente Fiduciário a não decretar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário obriga-se a não declarar as Debêntures antecipadamente vencidas. Na hipótese de não obtenção do quórum de instalação em segunda convocação, ou ausência do quórum necessário para a deliberação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
    3. Em caso de ocorrer o vencimento antecipado obrigatório das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Cláusula Sexta, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário (ou o seu saldo, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures, tudo calculado *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento de custos, despesas, penalidades e dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.
    4. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a decretação do vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, por meio de correspondência enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido.
    5. Sem prejuízo do disposto acima, caso o pagamento da totalidade das Debêntures acima previsto seja realizado por meio da B3, a Emissora deverá comunicar a B3, por meio de correspondência enviada em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.

**Cláusula Sétima**

**Obrigações Adicionais da Emissora**

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicáveis, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, obrigam-se a:

1. fornecer ao Agente Fiduciário:
2. na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas anuais do Emissor auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações; relatório contendo as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros, conforme aplicável, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar ao Auditor Independente e à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e declaração assinada por representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando (a) a veracidade e ausência de vícios no cálculo dos Índices Financeiros; (b) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (c) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os debenturistas; (d) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e
3. em até 60 (sessenta) dias o encerramento do trimestre findo em 30 (trinta) de junho de cada ano, cópia das demonstrações financeiras trimestrais não auditadas da Emissora com a devida memória de cálculo para fins de verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
4. informar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data, sempre que um adiantamento para futuro aumento de capital social for realizado, resgatado ou convertido em capital, incluindo informações sobre o respectivo valor e partes envolvidas;
5. notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre a ocorrência de um Efeito Adverso Relevante;
6. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços necessários;
7. efetuar recolhimento de quaisquer tributos, tarifas e/ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
8. efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário que se façam convenientes e/ou necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida nos termos desta Escritura;
9. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, exceção feita à inclusão de novas atividades que não impactem nas atividades atualmente desenvolvidas;
10. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os debenturistas;
11. cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas razoáveis e comprovadas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou os titulares das Debêntures relacionadas à Emissão, decorrentes da utilização diversa dos recursos;
12. manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações necessárias para a boa condução dos negócios da Emissora, dos Fiadores, de seus Controladores e/ou de qualquer de suas controladas, coligadas, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
13. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável, sob pena de indenizar o Agente Fiduciário e/ou os titulares das Debêntures, conforme o caso, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas razoáveis e comprovadamente incorridos (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência das suas declarações prestadas na presente Escritura;
14. notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;
15. cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, bem como aquelas cujo descumprimento não afete de modo comprovado, adverso e relevante a capacidade de cumprir qualquer uma das obrigações assumidas no âmbito da Emissão;
16. prestar informações ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, ou em prazo inferior, se assim determinado por autoridade competente, contado da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais;
17. cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, inclusive, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
18. observar a legislação ambiental e trabalhista vigentes, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado a, o que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, conforme verificado (a) por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora, em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;
19. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (a) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas; (b) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras; e (c) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos de decisão judicial transitada em julgado, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, o *UK Bribery Act 2010*, a Convenção Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (“**Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro**”);
20. até o cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura, em relação a si e/ou qualquer de Controladores, observar e cumprir as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, devendo (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; (b) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no seu interesse ou para benefício próprio, exclusivo ou não; (c) imediatamente comunicar o Agente Fiduciário, por escrito, acerca de qualquer tipo de violação às Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro que envolva a Emissora e/ou os Fiadores; e (d) realizar eventuais pagamentos devidos nos termos desta Escritura exclusivamente por meio de transferência bancária;
21. promover o registro desta Escritura perante a JUCESP, conforme aqui previsto;
22. fornecer ao Agente Fiduciário, até o 5º Dia Útil de cada mês calendário, o relatório do Sistema de Informações de Créditos (SCR) gerido pelo Banco Central do Brasil em nome da Emitente e dos Fiadores; e
23. declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações prestadas pela Emissora nesta Escritura e no instrumento que consubstancia a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária, caso tais informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade e insuficientes, durante a vigência desta Escritura e do instrumento que consubstancia a referida garantia, a notificar por escrito tal fato ao Agente Fiduciário.

**Cláusula Oitava**

**Declarações e Garantias da Emissora e dos Fiadores**

8.1. A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, declaram e garantem que:

* + 1. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
    2. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
    3. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir em nome da Emissora as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
    4. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
    5. exceto pelo disposto na Cláusula Primeira acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura;
    6. a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social ou outros documentos societários da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer um de seus ativos estejam sujeitos; (c) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer um de seus ativos esteja sujeito; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Emissora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora esteja sujeita; e (f) não infringem qualquer dispositivo legal, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;
    7. conduz, assim como seus Controladores e Afiliadas, seus respectivos negócios e operações em cumprimento a todas as leis e regulamentos aplicáveis, e está, assim como seus Controladores e Afiliadas, devidamente qualificada e/ou registrada para o exercício de suas respectivas atividades;
    8. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não ocorreu nenhum Evento de Vencimento Antecipado;
    9. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, que foi acordada por livre vontade da Emissora em observância ao princípio da boa-fé;
    10. os documentos e informações eventualmente fornecidos ao Agente Fiduciário e aos investidores interessados em subscrever as Debêntures são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
    11. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquela data e para aquele período, e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
    12. está em dia com o pagamento de todas as suas respectivas obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
    13. possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
    14. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (2) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura;
    15. os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão destinam-se exclusivamente ao uso próprio da Emissora, nos termos desta Escritura;
    16. inexiste, em relação à Emissora, qualquer medida judicial ou extrajudicial ou arbitral que possa trazer implicações às Debêntures ou à Escritura, incluindo, mas não se limitando a, as que tratam (a) da revisão dos termos, condições, estrutura e cronograma de pagamentos estabelecidos nesta Escritura; (b) da resilição, rescisão, anulação ou nulidade desta Escritura; ou (c) de qualquer outro pedido que possa inviabilizar o pleno exercício, pelos debenturistas, dos direitos e prerrogativas relativos às Debêntures;
    17. respeita e respeitará, durante o prazo de vigência das Debêntures, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil, em condição análoga à de escravo ou qualquer espécie de trabalho ilegal ou, ainda, de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando a, o direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“**Legislação Socioambiental**”), direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos, serviços ou correspondentes; a utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão não violará a Legislação Socioambiental;
    18. está em dia com suas obrigações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e social, especialmente as normas referentes à saúde e segurança ocupacional, obrigando-se a comprovar esses fatos, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dessa quitação em até 15 (quinze) Dias Úteis da solicitação apresentada pelo Agente Fiduciário;
    19. inexiste violação ou denúncia decorrente de inquérito instaurado por autoridade competente, a fim de apurar qualquer indício de violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou de qualquer regulamento contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro;
    20. nem a Emissora, suas controladas e Controladores e nenhuma das pessoas naturais agindo na qualidade de seus representantes, incluindo mas não se limitando a, gerentes, conselheiros, diretores e empregados (a) usa os seus recursos e/ou de suas controladas e Controladores para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realiza qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou pratica quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) viola as Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; ou (d) realiza qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal;
    21. protege e preserva o meio ambiente, por meio da prevenção e erradicação de práticas danosas ao meio ambiente, observando sempre a legislação vigente, inclusive no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente, dos Crimes Ambientais e das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como respeita e se obriga a respeitar todos os atos legais, normativos e administrativos da área ambiental e correlata, emanados nas esferas federal, estaduais e municipais, obrigando-se a obter e manter todos os documento e licenças, autorizações e outorgas ambientais necessários ao regular desempenho de suas atividades;
    22. monitora suas atividades de forma a identificar e mitigar impactos ambientais não antevistos;
    23. mantém os seus bens considerados relevantes adequadamente segurados e de acordo com as práticas correntes de mercado, incluindo os Bens Alienados Fiduciariamente (nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária);
    24. as declarações aqui prestadas são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade ou inexatidão, tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato, para fazer com que as declarações prestadas sejam enganosas ou incompletas; e
    25. para todos os fins de direito e observando-se a alocação de riscos descrita no artigo 421-A, II, do Código Civil, os bens sobre os quais foi constituída a Alienação Fiduciária de Imóveis não representam bens de capital e/ou bens essenciais da Emissora ou de qualquer de seus Controladores e Afiliadas, inclusive para fins de leis de falência, insolvência ou recuperação judicial e extrajudicial, sendo certo que a Emissora e os Fiadores não irão pleitear ou de qualquer outra forma discutir, em juízo ou fora dele, o reconhecimento da essencialidade ou de qualquer outro argumento correlato que venha a impedir/obstar a excussão das garantias.

8.2. A Emissora obriga-se a, de forma irrevogável e irretratável, indenizar o Agente Fiduciário e/ou os titulares das Debêntures, conforme o caso, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) que venham a ser eventualmente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures, em razão (i) do descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura, no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; (ii) da verificação de que quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora, nos termos da Cláusula 8.1 acima, são incompletas, inverídicas ou insuficientes, conforme apurado pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures, conforma aplicável.

**Cláusula Nona**

**Pagamento de Tributos**

9.1. Os tributos incidentes sobre a Emissão e as Debêntures deverão ser integralmente pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, todos os custos de tributação incidentes sobre quaisquer pagamentos devidos aos titulares das Debêntures. Nesse sentido, referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores atuais e futuros correspondentes a quaisquer tributos que sobre eles incidam, venham a incidir ou sejam entendidos como devidos, inclusive, sem limitação, aos valores correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/COFINS e o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, conforme aplicável. Da mesma forma, caso, por força de lei ou norma regulamentar, a Emissora tiver que reter ou deduzir, de quaisquer pagamentos feitos exclusivamente no âmbito das Debêntures, quaisquer emolumentos, encargos ou tarifas, a Emissora deverá acrescer a tais pagamentos valores adicionais de modo que os debenturistas recebam os mesmos valores que seriam por eles recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada.

**Cláusula Dez**

**Assembleias Gerais de Debenturistas**

10.1. Nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”).

10.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada: (i) pela Emissora; (ii) pelo Agente Fiduciário; ou (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação.

10.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, sendo que a segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias contado da nova publicação de edital de segunda convocação para a instalação, caso não ocorra a em primeira convocação.

10.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, nos termos do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.6. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os titulares das Debêntures em circulação, conforme aplicável.

10.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas exceto (i) quando a Emissora convocar a referida Assembleia Geral de Debenturistas ou (ii) quando formalmente solicitado pelos debenturistas, hipóteses em que a presença da Emissora será obrigatória. Em ambos os casos citados anteriormente, caso a Emissora ainda assim não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, o procedimento deverá seguir normalmente, sendo válidas as deliberações nela tomadas.

10.8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito na própria Assembleia Geral de Debenturistas, por maioria de votos dos presentes.

10.9. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas (i), em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em circulação; ou (ii) em segunda convocação, por titulares que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em circulação presentes na respectiva assembleia desde que representem, no mínimo, 20 % (vinte por cento) das Debêntures em circulação.

10.10. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.9 acima, dependerá da aprovação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que envolvam a alteração da presente Escritura para modificação:

(a) dos Eventos de Vencimento Antecipados;

(b) das declarações e garantias prestadas pela Emissora;

(c) das obrigações adicionais da Emissora;

(d) de quaisquer quóruns de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura; e

(e) toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento dos documentos da Emissão.

10.11. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

10.12. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido no respectivo conclave.

**Cláusula Onze**

**Agente Fiduciário**

11.1. O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

* + - * 1. conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
        2. concorda com todas as disposições desta Escritura, as quais aceita cumprir em sua integralidade;
        3. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
        4. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
        5. não há qualquer tipo de impedimento legal, conforme disposto no §3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
        6. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na Resolução CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 17**”);
        7. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
        8. está ciente das disposições da Circular BACEN na 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
        9. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
        10. o(s) representante(s) legal(is) que assinam esta Escritura tem poderes estatuários e/ou delegados para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo estatuto social; e
        11. na data de assinatura da presente Escritura, o Agente Fiduciário não atua como agente fiduciário em emissões de valores mobiliários da Emissora ou de qualquer Afiliada sua.

11.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

11.3. A título de remuneração pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário, serão devidas parcelas semestrais de R$11.000,00 (onze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) Dias Úteis da data de assinatura desta Escritura, e as demais parcelas serão devidas nas mesmas datas dos anos subsequentes. Caso a operação seja desmontada, a primeira parcela será devida a título de “abort fee”.

11.4. A remuneração prevista acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora. Em nenhuma hipótese será cabível o pagamento *pro rata* de tais parcelas.

11.5. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação de suas condições após a Emissão, ou ainda, da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, devidamente comprovados e emitidos diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso após aprovação, será devido ao Agente Fiduciário adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantia; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) das garantias, caso concedida; (b) prazos de pagamento e (c) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

11.6. No caso de celebração de aditamentos aos instrumentos de emissão bem como, nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, devidamente comprovados e emitidos diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso após aprovação, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

11.7. Os impostos incidentes sobre a remuneração a ser paga ao Agente Fiduciário serão acrescidos às parcelas mencionadas acima. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo IPCA, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da presente Escritura.

11.8. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Resolução CVM 17, demais normativos da CVM e da Lei das Sociedades por Ações.

11.9. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de suas funções e atribuições, durante ou após a implantação dos serviços, a serem arcadas exclusivamente pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas à Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

11.10. No caso de inadimplemento da Emissora, esta ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas deverão ser, sempre que possível, previamente autorizadas pela Emissora. Referido ressarcimento será feito no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos originais comprobatórios das despesas efetivamente incorridas. As despesas mencionadas nesta cláusula, incluem, sem qualquer tipo de limitação: (i) publicação de relatórios, avisos e notificações necessários por força desta Escritura ou da legislação aplicável; (ii) extração de certidões, fotocópias, despesas cartorárias e registrarias, digitalizações e envio de documentos; (iii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos; e (iv) locomoções de seus representantes e respectivas hospedagens, o que inclui transporte e alimentação, desde que necessárias para que o Agente Fiduciário cumpra com suas atribuições legais.

11.11. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a Emissão, a serem cobertas pela Emissora, após sua prévia aprovação por escrito. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias reais e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.

11.12. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

11.13. Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 01/21, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício.

11.14. Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

11.15. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alterações nas características ordinárias da operação*,* facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

11.16. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data em que se verificar o não pagamento da parcela devida até a data efetivo pagamento, calculado *pro rata dies*.

11.17. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os debenturistas;

proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre sua substituição;

conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às garantias da Emissão e a consistência das informações contidas nesta Escritura e nos instrumentos contratuais que compõem as garantias da Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;

verificar a regularidade da constituição das garantias, tendo em vista que na data de assinatura desta Escritura não se encontram constituídas e exequíveis, uma vez que deverão ser registradas nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e de imóveis competentes observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, podendo, às expensas da Emissora, desde que expressa e previamente aprovado pela Emissora, contratar agente terceirizado especializado para avaliar as garantias concedidas na operação;

examinar proposta de substituição das garantias, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;

intimar a Emissora a reforçar as garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho, e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou das Fiadoras, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou as Fiadoras exerçam suas atividades;

solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas exclusivas desta;

convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos, 03 (três) vezes, nos Jornais de Publicação;

comparecer às assembleias gerais de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

(d) posição da distribuição das Debêntures no mercado;

(e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos instrumentos contratuais que compõem as garantias da Emissão;

(f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

(g) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias da Emissão;

(h) pagamento(s) dos valores devidos pela Emissora aos debenturistas realizado(s) no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(i) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão; e

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por Afiliadas suas em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões;

(k) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à B3;

(l) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e dos instrumentos contratuais que compõem as garantias da Emissão, especialmente, aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

(m) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, incluindo as obrigações relativas à constituição das garantias da Emissão, indicando as cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos debenturistas e as suas consequências, bem como as providências que pretende tomar a respeito do assunto, sendo que uma comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à B3, em observância aos prazos exigidos por cada qual;

(n) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das debêntures; e

(o) validar e disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures aos debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website.

11.18. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura, incluindo executar as garantias outorgadas no âmbito da Emissão;

(b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;

(c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas, incluindo a execução das garantias outorgadas no âmbito da Emissão; e

(d) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

11.19. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do evento que a determinar, assembleia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 05 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

11.20. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos debenturistas, solicitando sua substituição.

11.21. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, por meio de assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

11.22. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração por este recebida em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela assembleia geral de debenturistas.

11.23. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura.

11.24. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 07 (sete) Dias Úteis contado do registro do aditamento a esta Escritura.

11.25. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos desta Escritura.

11.26. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura e aos instrumentos de compõem as garantias da Emissão, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas nesta Escritura sejam cumpridas, inclusive.

11.27. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

**Cláusula Doze**

**Disposições Gerais**

**12.1. Comunicações**

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**Ocrim S.A. Produtos Alimentícios**

Rua Santo Eurilo, 62

CEP 05.345-000, São Paulo - SP

At.: Pedro de Souza Dias Brandi

Telefone: (11) 3718-6300

E-mail: [Pedro.brandi@ocrim.com.br](mailto:Pedro.brandi@ocrim.com.br)

(ii) Para o Fiador pessoa física:

**Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano**

Rua Santo Eurilo, 62, Jaguaré

CEP 05.345-040 - São Paulo - SP

At.: Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano

Telefone: (11) 3718-6300

E-mail: [amedeo@ocrim.com.br](mailto:amedeo@ocrim.com.br)

(iii) Para a Fiadora pessoa jurídica:

**Ore Administração e Participações Ltda.**

Rua Santo Eurilo, 62, sala 03,

CEP 05.345-000, São Paulo - SP

At.: Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano

Telefone: (11) 3718-6300

E-mail: [amedeo@ocrim.com.br](mailto:amedeo@ocrim.com.br)

(iv) Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Antonio Amaro | Maria Carolina Abrantes L. de Oliveira

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

(v) para o Escriturador e Agente de Liquidação:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Raphael Morgado | João Bezerra

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: [sqescrituracao@oliveiratrust.com.br](mailto:sqescrituracao@oliveiratrust.com.br)

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nesta cláusula, não será responsável por eventual prejuízo, em virtude de mudança de endereço que não seja comunicada para as demais Partes, nos termos desta cláusula.

**12.2. Renúncia**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.3. Despesas**

12.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, publicações, inscrições, registros, averbações, contratação de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**12.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica**

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já, que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**12.5. Aditamentos**

12.5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura das Partes e registrados na JUCESP, nos termos desta Escritura, após prévia aprovação dos debenturistas reunidos em assembleia geral, feita por escrito.

**12.6. Outras Disposições**

12.6.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

12.6.2. Fica desde já reconhecido e aceito pela Emissora e pelos Fiadores o direito atribuído aos debenturista de ceder, a que título for, todos os direitos e obrigações que lhe cabem em função da celebração desta Escritura e da Emissão das Debêntures, inclusive a sua cessão a terceiros, sem necessidade de qualquer aprovação ou formalidade por parte da Emissora e/ou dos Fiadores para tanto, ressalvado somente que os debenturistas deverão necessariamente assegurar direito de preferência em relação a tal cessão a (i) empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora e/ou dos Fiadores ou (ii) partes relacionadas à Emissora e/ou aos Fiadores, ficando, ainda, a consumação da cessão pelos debenturistas sujeita ao atendimento de princípios éticos de governança, legislação anticorrupção ou regulamentações socioambientais.

12.6.3. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

12.6.4. Para fins da presente Escritura, “**Dia(s) Útil(eis)**” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais na República Federativa do Brasil.

12.6.5. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.6.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.6.7. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.6.8. As Partes declaram, ainda, individualmente, uma à outra, sem limitação, que: (i) não financia, custeia, patrocina ou de qualquer modo subvenciona a prática dos atos ilícitos previstos nas Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, antilavagem e/ou organizações antissociais e crime organizado; (ii) não promete, oferece ou dá, direta ou indiretamente, qualquer item de valor a agente público ou a terceiros para obter ou manter negócios ou para obter qualquer vantagem imprópria; (iii) não aceita ou se compromete a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, direta ou indiretamente relacionados ao objeto do presente contrato, que constituam prática ilegal, que atente aos bons costumes, ética, moral e de corrupção sob as leis dos países sede, e onde haja filiais, dos contratantes, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma; e (iv) em todas as suas atividades relacionadas a este instrumento, cumprirá, a todo tempo, com todos os regulamentos e Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e antilavagem aplicáveis.

**12.7. Lei Aplicável**

12.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**12.8. Foro**

12.8.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Esta Escritura foi assinada digitalmente por meio de certificados digitais que atendem aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, a fim de garantir sua autenticidade, integridade e validade jurídica, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme alterada.

São Paulo/SP, 08 de outubro de 2021.

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.)*

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços, da Ocrim S.A. Produtos Alimentícios.)*

**Ocrim S.A. Produtos Alimentícios**

*como Emissora*

**Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano**

*como Fiador*

**Ore Administração e Participações Ltda.**

*como Fiadora*

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

*como Agente Fiduciário*

**Testemunhas:**

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: João Marcelo Neves Camacho Nome: Eduardo Pereira Tomitão

CPF/ME: 163.555.818-20 CPF/ME: 247.509.028-61

**Anexo I**

Cronograma de Pagamento das Parcelas de Amortização e da Remuneração

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Data** | **Juros** | **Amortização** | **Tai** |
| 18/11/2021 | Sim | Não | 0,0000% |
| 17/12/2021 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/01/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/02/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/03/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/04/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/05/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 17/06/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/07/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/08/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 16/09/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/10/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/11/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 16/12/2022 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/01/2023 | Sim | Sim | 6,0000% |
| 17/02/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 17/03/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/04/2023 | Sim | Sim | 7,0000% |
| 18/05/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 16/06/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/07/2023 | Sim | Sim | 7,0000% |
| 18/08/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/09/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/10/2023 | Sim | Sim | 8,0000% |
| 17/11/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/12/2023 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/01/2024 | Sim | Sim | 8,0000% |
| 16/02/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/03/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/04/2024 | Sim | Sim | 9,0000% |
| 17/05/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/06/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/07/2024 | Sim | Sim | 10,0000% |
| 16/08/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/09/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/10/2024 | Sim | Sim | 11,0000% |
| 18/11/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/12/2024 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/01/2025 | Sim | Sim | 13,0000% |
| 18/02/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/03/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/04/2025 | Sim | Sim | 14,0000% |
| 16/05/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/06/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/07/2025 | Sim | Sim | 17,0000% |
| 18/08/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/09/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/10/2025 | Sim | Sim | 20,0000% |
| 18/11/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/12/2025 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/01/2026 | Sim | Sim | 25,0000% |
| 18/02/2026 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/03/2026 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/04/2026 | Sim | Sim | 33,0000% |
| 18/05/2026 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/06/2026 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/07/2026 | Sim | Sim | 50,0000% |
| 18/08/2026 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/09/2026 | Sim | Não | 0,0000% |
| 18/10/2026 | Sim | Sim | 100,0000% |

**Anexo II**

Lista de Certidões a Serem Apresentadas pela Emissora

1) “Habite-se” da matrícula 12.860;

2) Certidões de tombamento referentes a todas as matrículas; e

3) Certidões de desapropriação referentes a todas as matrículas imobiliárias.